

O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DO MERCADO INTERNO BRASILEIRO: ELIMINAÇÃO DAS PARTICULARIDADES ECONÔMICAS E SOCIAIS DO RIO GRANDE DO SUL*

*Luiz Roberto Pecoits Targa***

Introdução

A integração do mercado interno brasileiro eliminou o tipo de acumulação de capital que existia no Rio Grande do Sul até os anos 60.

A crise do Rio Grande do Sul nos anos 60 resultou do confronto entre o tipo de acumulação praticado nessa região e o que se desenvolvia no "centro" da economia brasileira. De fato, podemos identificar dois tipos de acumulação de capital fundados em diferentes características (por exemplo: relações de propriedade e condições de expropriação diversas e também diferentes repartições do produto social).

Partiremos da exposição das diferenças de base existentes entre a economia e a sociedade do Brasil e as do Rio Grande do Sul (até os anos 1880/90). Em seguida, evocaremos o aprofundamento dessas diferenças durante o período de constituição dos mercados industriais regionais e de autonomia política dos estados durante a Primeira República (1889-930). O período seguinte (1930-60) foi o de sobrevida dos mercados regionais, pois as condições para o prosseguimento da industrialização ainda não estavam reunidas. Isso só aconteceu no final do período, e o mercado interior integrou-se. Por fim, analisaremos os efeitos dessa integração sobre a eliminação do tipo de acumulação que existia no Rio Grande do Sul (a partir dos anos 60).

Nosso fio condutor é a idéia de transição para o sistema capitalista. A transição é compreendida como sendo um período onde são possíveis várias experiências histó-

* Este ensaio é um plano de redação de tese. Enquanto tal, ele é um inventário de idéias sobre o objeto em estudo. Temos consciência das rupturas e das imprecisões do texto.

** Economista da FEE em elaboração de tese na Universidade da Picardia - França.

ricas diversas e simultâneas. O amadurecimento da transição resulta na dominação de uma das experiências sobre as outras. Mas também está contida aí a idéia de Dobb sobre a particularidade das histórias econômicas regionais e que serão pouco a pouco coordenadas pelo amadurecimento do sistema.

A hipótese geral de articulação é a seguinte: devido à configuração geoeconômica do Brasil durante o século XIX e ao tipo de inserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho, a transição do escravismo para o capitalismo deu lugar ao desenvolvimento de (pelo menos) dois tipos diversos de acumulação de capital durante a primeira metade do século XX — um na região cafeeicultora e outro no Rio Grande do Sul.

A hipótese complementar é: a integração do mercado interno brasileiro durante os anos 60 eliminou o tipo de acumulação menos concentrado que se desenvolvia no Rio Grande do Sul. As características dessa acumulação derivavam de sua peculiar base fundiária, da autonomia e do isolamento econômico e político do Estado regional durante a Primeira República, assim como do fato de possuir uma classe dominante suficientemente diferente da das outras regiões do País.

1 — A gênese das diferenças: o Brasil e o Rio Grande do Sul até os anos 1880/90

Descreveremos, em grandes linhas, os traços da economia e da sociedade brasileiras até o final do Império, e os limites que a economia fixava para o desenvolvimento do mercado interno. Justificaremos o estabelecimento de uma economia e de uma sociedade peculiares no Rio Grande do Sul em relação aos traços característicos do resto do Brasil.

1.1 — Economia e sociedade no Império escravista

O Brasil no século XIX era um Estado escravista e agroexportador para o mercado mundial. Diversas monoculturas de exportação desenvolveram-se em vários subsistemas regionais, onde cada um era mais ligado ao mercado mundial do que aos outros subsistemas.

Desde um ponto de vista interno, o que caracterizava mais fortemente essa sociedade e sua economia era o trinômio formado pela grande propriedade fundiária, a agricultura de exportação e o escravismo. Os proprietários de terras e de escravos formavam a classe dominante brasileira durante o período imperial.

Nas periferias de cada subsistema agrário-exportador desenvolvia-se a pecuária, mas os pecuaristas nunca dominaram nenhum dos subsistemas agrários.

Nas suas relações com o Exterior, cada subsistema dependia do mercado mundial para a realização de sua produção, assim como para a satisfação de suas necessidades de mão-de-obra. O mercado para os seus produtos era o europeu, e a África fornecia a mão-de-obra escrava aos subsistemas agrários brasileiros.

Os limites ao desenvolvimento do mercado interno decorriam de suas características. O escravismo levava à não-monetarização das relações de produção. A grande propriedade conduzia à impossibilidade do desenvolvimento da divisão do trabalho na agricultura, pois ela tendia a ser auto-suficiente na produção de alimentos para a reprodução de sua força de trabalho. A relação quase exclusiva de cada subsistema com o mercado mundial fazia com que suas necessidades de bens de consumo fossem satisfeitas pelas importações desse mercado. Assim, as relações com o mercado externo limitavam as possibilidades de trocas entre as regiões do País, estabelecendo um entrave maior ao desenvolvimento da divisão inter-regional do trabalho.

Porém, desde os anos 20 do século XIX, uma limitação de outra natureza pesava sobre os subsistemas agrários do Brasil: a Inglaterra fazia pressão pela abolição do tráfico de escravos. Isso ameaçava a base da economia e da sociedade do Brasil. A solução alternativa era a importação de trabalhadores europeus excedentes em seus países. Essa solução parecia obrigar a sua fixação em pequenas propriedades, segundo a concepção da época.

Os grandes proprietários escravistas, em particular os cafeicultores — a quem pertencia o único subsistema em expansão na época —, opuseram-se fortemente a essa solução.

O subsistema do café, após ter concentrado uma parte significativa do estoque de escravos do País — o tráfico fora interdito em 1850 —, iniciou a importação de trabalhadores europeus. No entanto essa mão-de-obra foi integrada num sistema de semi-salariado (Saes, 1985). Os grandes proprietários impediram aos trabalhadores imigrantes o acesso à propriedade privada da terra. Em outras palavras, os trabalhadores importados foram mantidos na condição de expropriados.

Finalmente, o desenvolvimento desigual dos subsistemas agrários provocou o estabelecimento de uma república federativa no Brasil. A desigualdade era resultado da existência simultânea de subsistemas em expansão e em decadência, cada um possuindo, assim, diferentes necessidades (Martins, 1976). No conjunto, a necessidade de encontrar uma solução para o problema da mão-de-obra, colocado pela desagregação do escravismo, foi determinante na queda do Império (Saes, 1985).

1.2 — A formação particular da economia e da sociedade no Rio Grande do Sul

O subsistema que existia no Rio Grande do Sul não possuía por escoadouro o mercado mundial, mas o brasileiro. Contrariamente ao trinômio característico do Brasil, a grande propriedade no Rio Grande do Sul não era escravista nem agrícola. Essa dissociação foi decisiva para permitir o aparecimento de uma estrutura fundiária que aumentou as diferenças entre esse subsistema e os demais.

No Rio Grande do Sul, a grande propriedade praticava a pecuária extensiva apresentando, assim, baixos níveis de absorção de força de trabalho; isso não exigia concentração humana e tornava inadequada a utilização de escravos. Essa utilização

era tanto mais difícil quanto mais impossível se tornava o controle dos escravos na pecuária: porque o cavalo era o instrumento de trabalho, mas também um meio de evasão, e, ainda, porque o Rio Grande era fronteiro a estados não escravistas — Uruguai e Argentina —, o que reforçava a atração da evasão. Um outro entrave à utilização de escravos era o fato de os trabalhadores servirem também como efetivos militares dos pecuaristas nas guerras de fronteira.

O produto das grandes propriedades era transformado em usinas primitivas de tratamento da carne que utilizavam mão-de-obra escrava. Esse era o setor escravista por excelência no Rio Grande do Sul. O charque era item básico na alimentação dos escravos e das camadas urbanas pobres. Mas a produtividade era muito baixa (entre outros fatores), e o produto similar da Argentina e do Uruguai tornava-se menos caro no mercado brasileiro. Os proprietários de escravos do resto do País davam preferência ao produto estrangeiro. Os charqueadores do Rio Grande do Sul jamais conseguiram impor a reserva do mercado brasileiro para o seu produto.

Finalmente, um conjunto de fatores favoreceu a criação de um subsistema agrícola único no País: tratava-se das pequenas propriedades trabalhadas por mão-de-obra familiar e produzindo para o mercado. Esses fatores foram: em primeiro lugar, a inexistência, na Província, do trinômio característico do Brasil; em segundo lugar, a questão militar da fronteira. Este último problema exigia concentração populacional e produção de alimentos para as tropas militares. Ora, essas condições não podiam ser satisfeitas pela pecuária, que utilizava pouca mão-de-obra e não produzia senão um item alimentar. Em terceiro lugar, o Rio Grande do Sul foi a única província do Império onde os pecuaristas chegaram a deter o poder regional; e, em último lugar, havia, na Província, regiões de florestas que não interessavam aos pecuaristas, por isso, estes não ofereceram maiores resistências ao estabelecimento de pequenos proprietários na região.

O crescimento das colônias, a comercialização de suas produções, as exportações de alimentos para a cidade de Porto Alegre e depois para outras cidades do País (Rio de Janeiro e Recife) transformaram o subsistema pecuário do Rio Grande do Sul em uma região de policultura e pecuária (Singer, 1974).

Podemos, agora, formular a seguinte hipótese sobre a gênese econômica e social diferente do Rio Grande do Sul: o fato de ter sido a única e importante fronteira militar do Brasil até 1930; de ter desenvolvido a pecuária e não a agricultura escravista de exportação na grande propriedade; de não fazer parte direta da divisão internacional do trabalho na época; assim como o fato de ter sido a única província do Império onde os pecuaristas detiveram o poder regional são os elementos determinantes internos para explicar a configuração particular da economia e da sociedade do Rio Grande do Sul no Brasil de subsistemas do século XIX. Esses fatos explicam a possibilidade da colonização que se constituía em um traço original do Rio Grande do Sul, aprofundando as diferenças desse Estado em relação ao resto do Brasil e encerrando pesadas conseqüências para o seu futuro.

2 — O florescimento dos mercados regionais: a constituição de dois sistemas diferentes no Brasil (1880-90 a 1930)

A abolição da escravidão e a queda do Império deixaram espaço a um sistema federativo que atribuiu um alto grau de autonomia aos estados regionais. Essa autonomia permitiu o desenvolvimento simultâneo de dois tipos de acumulação de capital em dois de seus subsistemas: um na região do café (com seu epicentro em São Paulo) e outro no Rio Grande do Sul. Aquele que se desenvolveu em São Paulo apresentou uma capacidade de acumulação muito superior ao do Rio Grande do Sul.

A possibilidade dessa coexistência derivava do tipo de industrialização na época, do tamanho dos mercados regionais e da sua não-integração. Segundo Luciano Martins (1976), pelo menos até os anos 30 do século XX, os mercados da acumulação no Brasil eram as regiões.

2.1 — A Federação Republicana: autonomia econômica, política e militar para somente três dos estados regionais

É preciso assinalar a dominação econômica e política dos interesses ligados ao café sobre o conjunto da sociedade brasileira. É preciso indicar também que os negócios do café estabeleceram as condições de concentração da força de trabalho e dos capitais, assim como a multiplicação da divisão do trabalho agrícola e do industrial nos Estados de Minas Gerais e de São Paulo.

Os estados cafeicultores dividiram o controle da Presidência da República. A economia brasileira foi dominada pelos interesses do café. Assim, a partir de 1906, os cafeicultores formularam e impuseram ao País uma política de sustentação do preço do produto no mercado mundial — através da formação de estoques reguladores. Essa política apresentou um efeito inflacionário, mas manteve as rendas do bloco exportador; por outro lado, estimulou a expansão da oferta, o que desembocou em crises que permitiram a entrada de capital inglês no financiamento dessa política de valorização do café. Esse apelo aos capitais ingleses combinado a condições internas conduziram a uma moratória, e uma parte do complexo cafeeiro acabou por ser controlada pelo capital inglês (comércio exportador e importador).

A autonomia política e financeira dos estados do café permitiu um aumento do fluxo de imigrantes europeus, de sorte que fosse mantido um excedente de oferta que empurrava os salários para baixo. O fluxo migratório externo que se interrompeu nos anos 20 deixou espaço às migrações das populações excedentes do Nordeste brasileiro.

As quedas de produtividade nas mais antigas fazendas de café em São Paulo e Minas, as crises do produto no mercado internacional e uma política de restrição da oferta provocaram um movimento de diferenciação agrícola, com a formação de unidades de produção de alimentos e de matérias-primas substituindo as importações internas.

Por outro lado, essa política de restrição da oferta liberou capitais que serão investidos em indústrias. O comércio importador (fração do bloco do café) teve um papel importante na identificação das oportunidades de investimento industrial. A política econômica que desvalorizava a moeda nacional apresentou um efeito protecionista não intencional para a indústria.

A disponibilidade de equipamentos no mercado mundial, as oportunidades de investimento identificadas pelo comércio importador e a liberação de capitais da agricultura provocaram a aceleração da expansão industrial em São Paulo.

As indústrias regionais, sobretudo em São Paulo, produzem mercadorias para a reprodução das populações do mercado regional (têxteis, alimentos, calçados, bebidas).

2.2 – O Rio Grande do Sul enquanto terceira força política do Brasil e o aprofundamento do seu “modelo” de acumulação

A capacidade de interferência política do Rio Grande do Sul na política nacional decorria dos seguintes fatores: ser o Estado uma fronteira nacional/militar; possuir uma oposição armada ao partido no poder – Partido Republicano Riograndense (PRR) – freqüentemente exilada na Argentina e no Uruguai; por existir uma aliança do PRR com o Exército Nacional; e, por último, pela importância dos efetivos militares e eleitorais do PRR.

A decadência da “indústria” do charque e a composição do PRR (a fração menos rica e politicamente minoritária dos pecuaristas segundo Love (1975) deram lugar à promoção de uma política de expansão da colonização em pequenas propriedades no Rio Grande do Sul. Essa solução reduzia a dependência do Estado face às exportações de charque (Fonseca, 1984) – as exportações eram a mais importante fonte fiscal dos estados regionais – e criava um eleitorado quase completamente monopolizado pelo PRR (Love, 1975).

2.2.1 – O “tipo” de acumulação gaúcho e suas limitações

É preciso assinalar as particularidades da acumulação de capital que decorreram da colonização. Existem importantes diferenças em relação à acumulação no “centro”.

O quadro econômico do Rio Grande do Sul podia ser descrito da seguinte maneira: uma produção agrícola e industrial extremamente diversificada, e o capital disperso em pequenas e médias empresas. Mesmo que uma parte significativa da produção tivesse como escoadouro o mercado gaúcho, uma outra parte destinava-se ao mercado brasileiro (nos anos 60, ainda 60% da produção agrícola e industrial do Rio Grande do Sul era exportada, sendo que 90% dessas exportações eram destinadas a outros estados da Federação (Accurso et alii, 1965)). Segundo Antonio Barros de

Castro (1971), a economia do Rio Grande do Sul era uma economia regional precocemente voltada para o mercado interno brasileiro.

A razão do fraco poder de concorrência da indústria gaúcha para enfrentar a integração do mercado nacional foi o fracionamento do seu capital. Esse fracionamento teve por origem a forma pela qual a terra foi apropriada no Rio Grande do Sul.

As pequenas propriedades fundadas no trabalho pessoal foram a base fundiária donde decolou a acumulação de capital no Sul. Por outro lado, se é verdade que as pequenas propriedades constituíram o mercado prévio para as indústrias do Sul — o mercado nos arredores de Porto Alegre (Singer, 1974) —, elas também concentraram menos população e, por isso mesmo, mantiveram o mercado rio-grandense relativamente reduzido em relação ao mercado regional de São Paulo.

Mas as pequenas propriedades erigiram também barreiras à expropriação dos trabalhadores/proprietários por duas razões. Por um lado, porque havia uma fronteira aberta para a expansão das pequenas propriedades, o que tornou os salários industriais relativamente elevados (por exemplo, em relação a São Paulo). De fato, a diferença entre o salário industrial e o salário agrícola era mais importante no Rio Grande do Sul que em São Paulo, em 1920 (Cano, 1977). Por outro lado, a diferença entre a variação dos salários e a da produtividade era menor no Rio Grande do Sul do que no Brasil (Accurso et alii, 1965). Esses fatos determinaram uma menor capacidade de acumulação para os capitais do Sul em comparação com os do “centro” da economia brasileira. Nesse sentido, a base fundiária de pequenas propriedades freou a concentração dos capitais no Sul, e, por isso mesmo, fundou uma distribuição de renda mais igualitária no Rio Grande do Sul.

Por outro lado, essa mesma base fundiária foi também responsável pelo fracionamento do capital ao impor outros limites à concentração. O capital acumulado no comércio das mercadorias produzidas pelos pequenos proprietários esteve na base da formação do capital industrial no Sul. No entanto essas mercadorias atravessavam uma rede de comerciantes antes de atingir os exportadores atacadistas de Porto Alegre. Isso alongava a cadeia de apropriação da massa de lucros. Além dessa rede muito seccionada, outros fatores enfraqueceram a capacidade de concentração dos capitais no Sul em relação a São Paulo: o tipo de produto e seu valor comparativamente ao café, assim como os mercados de baixa renda aos quais ele se destinava.

Esse fracionamento do capital foi acompanhado de uma importante diversificação industrial e de uma dispersão espacial significativa.

Ora, essa base fundiária não concentrada foi reforçada pela política econômica posta em prática pelo PRR durante a Primeira República. Essa política estimulava a diversificação das culturas com o objetivo de reduzir a dependência do Estado face às exportações de um único produto — o charque —, expandiu a colonização e teve por efeito articular de forma mais estreita ainda a economia do Sul com o mercado interno brasileiro (Fonseca, 1984).

A base fundiária da economia, reforçada pela política econômica não concentracionista, criou uma sociedade mais igualitária no Sul e, ao mesmo tempo, uma dispersão do capital. Esses fatos determinaram a fragilidade concorrencial dos capitais do Sul no momento da integração do mercado nacional.

Por fim, foi a ausência de uma agricultura comercial de alimentos no resto do País, durante a transição para o capitalismo, que atribuiu um lugar a essa economia de pequenos produtores na economia brasileira.

3 – O período de sobrevida dos mercados regionais (1930-60): o Estado corporativista e o Estado populista face ao problema da industrialização

Esse período de sobrevida dos mercados regionais ocorreu por um lapso de tempo durante o qual as condições necessárias para as próximas etapas da industrialização e da integração do mercado interno ainda não estavam reunidas. Durante os últimos 15 anos do período, o Estado Federal e o capital internacional acabaram por definir a direção a ser dada à industrialização brasileira.

A Revolução de 30 estabeleceu um Estado com características centralizadoras e corporativistas que se desejava acima das classes sociais e dos interesses das regiões (Martins, 1976). Ele se apropria progressivamente dos recursos fiscais dos estados regionais, quebrando a base do seu poder.

Esse Estado não parece exprimir o conflito entre a agricultura e a indústria, como foi freqüentemente afirmado. Ele foi muito mais um Estado contra o Estado oligárquico da Primeira República que era dominado pelos interesses de somente um dos subsistemas regionais brasileiros (Martins, 1976). Foi mais um Estado contra o regime político dominado pela agricultura de exportação e contra as conseqüências desse modelo de inserção internacional para o conjunto das regiões do País. Mas, ao quebrar o poder, o único bloco de interesses que tinha capacidade hegemônica não encontrou nenhum outro para o substituir (Martins, 1976). Nesse sentido, esse Estado se construiu numa espécie de “vazio” social.

Foi no curso do primeiro ciclo de Vargas no poder, e quase no seu final, que esse Estado terminou por formular um projeto de industrialização para o Brasil, assim como o primeiro esboço de um plano de desenvolvimento para o conjunto da economia brasileira. Confrontado ao tamanho dos capitais privados nacionais e à dificuldade de reunir as somas requeridas para os grandes projetos da indústria de base, esse Estado promoveu investimentos diretos (criando um setor produtivo estatal). Esses elementos já indicavam o aprofundamento da centralização espacial da indústria que ocorreria durante o período do Estado populista.

Por outro lado, esse Estado corporativista ensaiou a uniformização do mercado de trabalho urbano industrial ao estabelecer uma política nacional para a mão-de-obra, o controle dos sindicatos operários e a instauração do salário mínimo. Ele iniciou, assim, a uniformização do espaço econômico brasileiro. Essa política de homogeneização erodiu uma das bases particulares do tipo de acumulação que vigorava no Rio Grande do Sul (havíamos assinalado, acima, as diferenças de salário entre os operários do Sul e os do “centro”).

Enfim, o Estado populista — com Vargas, mas sobretudo com Kubitscheck —

realizou a materialização da integração do mercado nacional com a construção das auto-estradas e com a implantação de indústrias de caminhões e de automóveis. O concurso do capital internacional foi decisivo. Essas indústrias de ponta (para a economia brasileira da época), assim como as indústrias de equipamentos, concentraram-se espacialmente nos Estados de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

4 — A economia e a sociedade do Rio Grande do Sul transformadas pela integração do mercado interno brasileiro

No início dos anos 60, a integração do mercado interno brasileiro foi acompanhada por uma crise agrícola e industrial sem precedentes no Rio Grande do Sul.

Essa crise resultou da superposição de elementos internos e externos: primeiramente, a crise da agricultura capitalista do trigo, após os acordos do Governo brasileiro com os Estados Unidos para a importação do trigo americano (Schilling, 1982); em seguida, a crise da agricultura colonial em consequência das quedas históricas de produtividade dos solos que estiveram associadas à divisão das pequenas propriedades (Singer, 1974) e à concorrência exercida pelas novas regiões agrícolas do País (Castro, 1971); finalmente, a crise industrial provocada pela concorrência da entrada de produtos importados da região de São Paulo.

Nesse quadro, houve uma transformação na divisão inter-regional do trabalho — resultante da transformação geral da economia brasileira — a partir da criação do setor produtor de bens de produção e do setor produtor de bens de consumo duráveis, sobretudo em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Esse acontecimento, associado à política de concentração de renda estabelecida pelos governos militares pós 64, aumentou as diferenças entre as estruturas industriais e a natureza das trocas entre o Rio Grande do Sul e o “centro” da economia brasileira.

A economia do Rio Grande do Sul produzia bens de consumo não duráveis, e, conseqüentemente, a demanda para seus produtos reduziu seu ritmo de expansão de modo considerável. Nesse caso, a solução para certos setores foi responder à demanda externa que era estimulada pelo Governo Federal dada a necessidade de divisas. Assim, uma fração da agricultura, compreendidos aí os pequenos proprietários, bem como a indústria de calçados passaram a produzir para o mercado mundial (FEE, 1976).

Além disso, é preciso assinalar que os ramos industriais que se desenvolviam no Rio Grande do Sul produziam *inputs* para as indústrias do “centro” (material de transporte, material elétrico e material de comunicação) (FEE, 1976). Um setor produtor de máquinas, instrumentos e *inputs* agrícolas também se desenvolveu tendo por escoadouro o mercado nacional. Mas as relações de distribuição salários/lucros nos novos ramos e as políticas nacionais de repressão salarial e de concentração da renda, que já haviam afetado os outros setores (FEE, 1976), terminaram por aproximar as estruturas de distribuição de renda do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Assim, a economia e a sociedade do Rio Grande do Sul saíram transformadas

da crise. Os laços tradicionais dessa economia com o mercado interno brasileiro (exportadora interna de produtos agroindustriais) modificaram-se ao mesmo tempo que os seus laços internos. Seu mercado regional explodiu sob a ação de dois fatores: a transformação de suas relações com o mercado interno, dada a nova configuração da economia brasileira, e a erosão interna de sua base fundiária (o fracionamento das pequenas propriedades e o esgotamento das terras da agricultura colonial).

Grosso modo, a integração do mercado industrial nacional — ou seja, o fim dos mercados regionais — delimitou uma nova divisão inter-regional do trabalho, destruindo as fontes internas e relativamente autônomas da dinâmica da economia e da sociedade do Sul.

Conclusão

A possibilidade histórica da existência simultânea de dois tipos diversos de acumulação no seio da economia brasileira explica-se, ao mesmo tempo, pelas condições do capitalismo em escala mundial (as crises de 1920 e 1929, a estagnação e o período da II Grande Guerra); pela configuração geoeconômica brasileira em vigor até os anos 60 (um conjunto de subsistemas econômicos relativamente isolados entre si); e, ainda, pela transição brasileira do escravismo para o capitalismo na virada do século, dada a existência de uma agricultura comercial no Rio Grande do Sul, naquele período.

A maturação do projeto de industrialização dirigido pelo Estado corporativista, o esboço de um plano nacional de desenvolvimento nos anos 40, os investimentos diretos realizados pelo Estado populista (sobretudo com o Plano de Metas de Kubitscheck), assim como o novo ciclo de expansão do capitalismo em escala internacional após a II Grande Guerra deram lugar à integração geoeconômica do mercado nacional no início dos anos 60.

Essa integração destruiu o tipo de acumulação mais frágil, pois menos concentrado e menos “excludente”, que existia no Rio Grande do Sul. Por isso mesmo, as particularidades econômicas e sociais desse Estado foram progressivamente se apagando. No entanto, no que tange a indicadores de nível de vida (por exemplo, esperança de vida e taxa de mortalidade infantil), o Rio Grande do Sul apresentava, ainda em 1980, os melhores níveis entre todos os estados do País, mas as diferenças registradas entre os níveis dos indicadores do Rio Grande do Sul e os níveis dos outros estados foram se tornando progressivamente menos importantes.

Bibliografia

- ACCURSO, Cláudio F. et alii (1965). Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. **Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico**, Porto Alegre, Assembléia Legislativa, (16).
- CANO, Wilson (1977). A economia do extremo sul. In: —. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro/São Paulo, DIFEL.
- CASTRO, Antonio de (1971). O precoce desenvolvimento voltado para dentro. In: —. **7 Ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro/São Paulo, Forense.
- DOBB, Maurice (1979). **Etudes sur le développement du capitalisme**. Paris, Maspéro. 2 v.
- FAUSTO, Boris (1975). Expansão do café e política cafeeira. In: —, org. **O Brasil Republicano; estrutura de poder e economia (1889-1930)**. São Paulo, DIFEL. t. 3, v. 1. (História Geral da Civilização Brasileira).
- FERNANDES, Florestan (1976). **A revolução burguesa no Brasil; ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar.
- FONSECA, Pedro C. Dutra (1984). **A transição capitalista no Rio Grande do Sul: a economia gaúcha na Primeira República**. Porto Alegre, IEPE/UFRGS.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1976). **Análise da indústria de transformação do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. (25 Anos de Economia Gaúcha, v. 4).
- (1982). **A agricultura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. (25 Anos de Economia Gaúcha, v. 3).
- GRANDO, Marines Z. (1987). **Petite agriculture en crise: le cas de "colonie française" dans le Rio Grande do Sul (Brésil)**. Paris, Paris I.
- LAPIS, Naira (1987). **La bourgeoisie industrielle face ou capital étranger: les cas du Rio Grande do Sul (Brésil), 1964-73**. Paris, Paris 8.
- LOVE, Joseph L. (1975). **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930**. São Paulo, Perspectiva.
- MARTINS, Luciano (1976). L'état oligarchique. In: —. **Pouvoir et développement économique; formation et évolution des structures politiques au Brésil**. Paris, Anthropos. cap. 1, p. 78.
- MOURE, Telmo (1980). A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: **RS: imigração & colonização**. Porto Alegre, Mercado Aberto. (Série Documenta, 4).
- OLIVEIRA, Francisco de (1972). **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. São Paulo, Ed. Brasileira de Ciência. (Estudos CEBRAP, 2).
- PESAVENTO, Sandra J. (1980). **Charqueadas, frigoríficos e criadores; um estudo sobre a república velha gaúcha**. Porto Alegre, Movimento IEL.

- PESAVENTO, Sandra J. (1982). **História do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- SAES, Décio (1985). A transformação burguesa do estado brasileiro (1888/1891). In: —. **A formação do estado burguês no Brasil (1888/1891)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. cap. 3, p. 181-343.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos (1986). **Matuchos, le rêve de la terre**. Paris, Université Paris X.
- SCHILLING, Paulo (1982). Trigo. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, FEE, 3(1):109-36.
- SINGER, Paul (1974). Porto Alegre. In: —. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo, Ed. Nacional. cap. 4, p. 141-186.